

ANATOMIAS POLÍTICAS

Ana Paula Vosne Martins*

SCHIEBINGER, L. *Nature's body*. Sexual politics and the making of modern science. London: Pandora, 1994.

A historiadora norte-americana Londa Schiebinger ainda não é suficientemente conhecida no Brasil, salvo pelo fato de um artigo que integra a coletânea organizada por Roy Porter e Mikulás Teich, publicada pela Editora da Unesp.¹ Já é um começo, mas o trabalho de Schiebinger deveria ser melhor divulgado aqui em terras brasileiras, especialmente, o livro *Nature's Body*, uma reflexão erudita e muito bem estruturada sobre gênero, raça e a constituição da ciência moderna.

Trata-se de um estudo que se insere na corrente crítica do feminismo à história da ciência ao investigar o funcionamento do gênero na linguagem científica, na definição dos objetos e na elaboração de explicações a demandas que apresentam profundos enraizamentos culturais. Seu livro poder ser definido como um vigoroso trabalho de desvelamento dos mecanismos ideológicos do que apropriadamente Evelyn Fox Keller chamou de sistema gênero-ciência.²

O campo científico analisado pela autora é a história natural, que atraiu muitos homens e algumas mulheres na Europa das Luzes. Este é um assunto bem conhecido por Schiebinger; afinal, sua tese defendida em Harvard tratava da produção da ciência pelas mulheres e do seu processo de afastamento da atividade científica, a partir do momento em que vozes autorizadas proclamaram aos quatro ventos a inferioridade física e intelectual.

* Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

1 PORTER, R; TEICH, M. (Org.). *Conhecimento sexual, ciência sexual*. A história das atitudes em relação à sexualidade. São Paulo, Ed. Unesp, 1998. O artigo em questão é "Mamíferos, primatologia e sexologia". p. 219-246.

2 KELLER, E. F. *Reflections on gender and science*. New York: Yale University Press, 1985.

tual do sexo feminino, tornando-se a ciência um campo cada vez mais masculino.³

Neste livro, Schiebinger tem por objetivo entender como o gênero – enquanto categoria social e analítica – foi um princípio poderoso na organização de visões da natureza, bem como a elaboração destas visões respondiam a problemas políticos efetivos, como a questão do papel da mulher na sociedade e a discussão em torno da ambígua relação entre igualdade e diferenças humanas.

A autora mostra verdadeira obsessão pela diferença nos mais diversos tipos de investigação científica sobre os seres vivos. Neste sentido, pode-se perceber como os debates a respeito do que era comum aos seres humanos e do que os tornava diferentes, bem como o significado destas diferenças, eram projetados para o campo de observação dos naturalistas. Lineu é a fonte privilegiada pela autora nos dois primeiros capítulos do livro, tratando do sistema de classificação das plantas e dos animais, proposto pelo famoso naturalista no século XVIII.

Em sua taxionomia botânica Lineu sexualizou as plantas, estabelecendo hierarquias de gênero, bem como utilizou uma linguagem e um sistema representacional que denotam a antropomorfização das plantas, no sentido em que são descritas como homens e mulheres, com seus órgãos sexuais e suas hierarquias, numa linguagem que mescla cientificidade com imaginação poética. De acordo com Schiebinger, a sexualidade foi o princípio classificatório privilegiado por Lineu, porque via as plantas com as lentes do século XVIII, caminhando a botânica paralelamente às problematizações sobre a sexualidade humana.

A mesma preocupação com a classificação está presente na definição de um termo comum entre certos animais e os seres humanos. Schiebinger faz uma verdadeira genealogia do termo mamífero, proposto por Lineu para responder à questão do lugar dos humanos no mundo natural. Aqui, a autora faz uma incursão extraordinária pela história cultural ao abordar as representações ambíguas do seio, bem como discute a importância política que o tema da amamentação passou a ter em meados do século XVIII, no debate mais geral em torno da natureza feminina e de seu instinto maternal.

3 *Women and the origins of modern science*. Ph.D diss., Harvard University, 1984.

Sobre estas questões cabe salientar que, ao mesmo tempo em que os naturalistas procuravam definir o lugar dos humanos no mundo natural, os médicos se voltavam com mais atenção para o corpo da mulher, conhecendo-o não só com o intuito de ajudar as mulheres em seus partos ou doenças, mas também para fundar, numa racionalidade científica, as verdades a respeito da natureza feminina, criando, assim, bases empíricas para afirmar qual o lugar da mulher na ordem natural e social.

É importante lembrar ainda que, no mesmo trabalho em que Lineu define os mamíferos como os animais mais evoluídos na grande cadeia dos seres, também apresenta o termo *Homo sapiens* para distinguir os humanos dos outros primatas. Como bem observou a autora, novamente percebe-se aqui o funcionamento do gênero: uma característica feminina – a mama lactífera – ligava os humanos ao reino da natureza, enquanto uma característica considerada então como masculina – a razão – era o marco de separação entre humanos e animais; era, enfim, o que determinava a inserção humana na cultura e na história. O termo mamífero não só resolveu a questão do lugar dos humanos na natureza, mas reforçou o lugar das mulheres na sociedade da época, como conclui a autora.

A projeção de valores de gênero também se observou para os animais, especialmente os primatas. Quando a questão era diferenciá-los dos humanos as atenções se voltavam para a capacidade intelectual, a linguagem e o bipedalismo, a partir de espécimes machos. Contudo, quando os naturalistas observavam as fêmeas, seu olhar se direcionava para as características sexuais comuns às mulheres, além de projetar nas fêmeas comportamentos que eram esperados de suas esposas, filhas e mães. Neste capítulo, Schiebinger mostra como ao observar os primatas, os naturalistas estavam procurando responder perguntas advindas das relações humanas entre homens e mulheres.

Nos capítulos seguintes, a autora articula gênero e raça, ao analisar o que se pode chamar de uma anatomia política das diferenças humanas. A abordagem sobre este tema revela o processo que se desenrola a partir do início do século XVIII, no qual o corpo humano passou a ser um novo campo de redefinição das relações de gênero e das raciais, voltando-se os naturalistas para a observação da natureza, em busca de explicações para as diferenças humanas. Para o pensamento liberal, então predominante, a natureza não era uniforme e as diferenças desta ordem entre seres humanos

foram ideologicamente instrumentais para justificar porque alguns eram mais aptos a assumir responsabilidades, a explicar as coisas e a comandar, enquanto outros estavam destinados a obedecer, a ser explicados e a se subordinar.

Os cientistas responderam prontamente a este chamado ideológico e passaram a investigar minuciosamente os corpos humanos em busca dos sinais das diferenças que legitimassem as desigualdades, classificando-as a partir de uma escala valorativa, cujo topo era ocupado pelo homem branco. A anatomia política é, por definição, materialista. Tudo é pesado, medido, comparado e avaliado. Esta é a época áurea da craniologia e da pelvimetria, técnicas anátomo-políticas fundamentais para a constituição da ciência sexual e racial entre finais do século XVIII e inícios do XIX. Schiebinger explica como estas ciências compartilharam os mesmos princípios e chegaram a conclusões semelhantes por meio de analogias entre gênero e raça. Sexo e raça, portanto, passaram a ser categorias biológicas análogas no discurso científico, numa nítida resposta às pressões sociopolíticas colocadas pelas desigualdades de gênero e pelo colonialismo.

Nessa direção, os craniologistas usaram medidas cranianas de indivíduos do sexo masculino para fundamentar suas teorias raciais, porque a razão era considerada um atributo masculino. Isso explica porque os estudos racialistas, na sua maioria, faziam comparações entre homens de raças diferentes, sendo pouco comuns as comparações raciais entre as mulheres.

Estas existiram, mas só a partir de 1830, em número pequeno e nunca tiveram a importância que as comparações raciais dos crânios alcançaram no discurso racialista. Geralmente, quando eram feitas as comparações raciais entre as mulheres, a observação recaía sobre estruturas e características associadas à sexualidade, como os seios, o desejo sexual, o tamanho do clitóris e, principalmente, da pélvis.

A pélvis feminina representou, para o discurso racialista, o mesmo papel que o crânio masculino teve nas comparações entre brancos e negros. Acompanhando as transformações ideológicas a respeito da mulher e a crescente invasão dos médicos em domínios até então exclusivos às mulheres, como a obstetrícia e as doenças femininas, os anatomistas procuraram na pélvis o índice anatômico da feminilidade. Esta divisão de gênero atravessava a anatomia racial, ao estabelecer no corpo as estruturas masculinas e femininas que seriam indicativas das diferenças raciais.

Embora homens negros e mulheres brancas européias fossem muito bem diferenciados culturalmente, quando pensados como categorias biológicas as similaridades entre estes dois grupos se acentuam e eles passam a interagir no conhecimento novo que é produzido. É assim que se pode entender como as mulheres foram comparadas aos negros a partir do tamanho do crânio, ou como os negros foram considerados representantes de raças do tipo “feminino”, porque eram considerados portadores de características femininas, como a pouca racionalidade e a emotividade.

Neste livro, a autora contribuiu para o fortalecimento das reflexões a respeito das estreitas relações entre a ciência e as ideologias de seu tempo, trazendo para o debate a contribuição da pesquisa histórica ao problematizar a documentação científica. Trata-se de um livro que certamente é fundamental para historiadores, antropólogos, biólogos e médicos, mas também para o leitor que nunca se conforma ao ouvir a frase “isto é natural” como resposta a circunstâncias que envolvem as relações entre os seres humanos.

Referências

KELLER, E. F. *Reflections on gender and science*. New York: Yale University Press, 1985.

PORTER, R.; TEICH, M. (Org.). *Conhecimento sexual, ciência sexual*. A história das atitudes em relação à sexualidade. São Paulo: Unesp, 1998. p. 219-246 (Mamíferos, primatologia e sexologia).